

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 11

Data: 12/10/78 Pg.: 30



Fotos Florencio Silva

Apesar da sobrevivência difícil, a comunidade conserva as lembranças de seus antepassados

Descendentes dos xokós tentam recuperar terras

JOSÉ ANDRADE
correspondente em
ARACAJU

Inconformados com a situação em que vivem, descendentes dos índios xokós — índios que foram expulsos da ilha de São Pedro e terrenos vizinhos no Baixo São Francisco, em Sergipe, no último século — reagruparam-se e voltaram a lutar pela terra dos seus antepassados. Os descendentes dos índios da tribo xokó são encontrados na região do Baixo São Francisco, em Sergipe, no povoado de Caiçara, cujos moradores levantaram cercas na ilha de São Pedro, no mês passado, para plantar culturas de subsistência, e em uma colônia da Funai, no município alagoano de Porto Real do Colégio.

Tanto o grupo de descendentes do xokós de Caiçara como o de Porto Real do Colégio guardam lembranças dos seus antepassados e contam como eles foram sendo expulsos da ilha no último século. "Era morrer, matar ou correr", diz a velha Maria José dos Santos, filha da índia Rosalina Maria de Oliveira. "O coronel (João Fernandes de Brito) chegava à noite ao aldeamento de Caiçara, acompanhado de alguns jagunços, e os que não corriam ficavam para a "riuna" (espécie de bacamarte)".

Um dos últimos a sair, segundo descendentes dos índios, foi Inocêncio Pires, expulso pelo coronel João Fernandes de Brito, que no final do século passado arrematou as terras da Ilha de São Pedro e as do povoado de Caiçara, colocadas em

leilão pelo município de Porto da Folha (SE).

Inocêncio Pires voltaria à Ilha, em 1930, com um grupo de índios, para reaver as terras e, segundos seus descendentes, tinha um documento assinado pelo governador Maynard Gomes, de Sergipe, afirmando que as terras pertenciam aos índios. Mas foi atraído, roubaram-lhe o documento e, novamente expulso, foi morrer em Porto Real do Colégio, onde estão, vivos, seu bisneto, o cacique Cícero Santiago e uma neta, Maria Júlia Pires.

Em Porto Real do Colégio, na margem do rio São Francisco, em Alagoas, vivem 130 famílias de descendentes dos índios Xokós e Cariris. O cacique Cícero de Souza Santiago, de 48 anos, neto de Inocêncio Pires,

embora ressalte que a situação dos índios de Porto Real do Colégio melhorou muito, depois da criação da Funai, queixa-se da falta de terras para plantio e afirma que nunca deixou de lutar pela posse da Ilha de São Pedro e das terras na margem do rio, em Sergipe, numa extensão de seis quilômetros de frente por seis quilômetros de fundo que, segundo ele, pertenciam aos seus antepassados (hoje essas terras fazem parte da fazenda Belém, de Elizabeth Brito).

Cícero Santiago diz que encaminhou ao presidente Castello Branco um abaixo-assinado dos índios pedindo de volta suas terras e que esse pedido resultou na visita de autoridades à Ilha de São Pedro e em um processo que se encontra parado na 3ª Delegacia da Funai em Recife.

Após 100 anos, luta recomeça

Em menor número, os descendentes dos índios xokós encontrados entre as 24 famílias do povoado de Caiçara, em Sergipe, afirmam que cercaram as terras da Ilha porque, há um ano e meio, não trabalham mais nas plantações de arroz da fazenda de Elizabeth Brito, a fazenda Belém, cuja cerca os confina na margem do rio, e ainda porque estão proibidos pela proprietária e seus filhos de plantar, criar animais e mesmo apanhar o barro para confecção manual de panelas, potes, fogões e outros utensílios, atividade que marca a cultura dos xokós de Sergipe e Alagoas.

Os chamados "cablocos de Caiçara", vivem em situação de extrema pobreza. No povoado de Caiçara, município de Porto da Folha, em Sergipe, a 200 quilômetros de Aracaju, não há luz elétrica, nem farmácia, nem mesmo uma quitanda. O acesso a Caiçara é feito pelo povoado de Mocambo, em canoa, uma vez que a estrada até lá é praticamente intransitável. A situação de pobreza da região pode ser caracterizada pela existência, no povoado vizinho de Mocambo, do "caixão da caridade", um ataúde de madeira que serve para transportar a pessoa morta ao cemitério. Logo em seguida, o caixão é levado de volta para a igreja do povoado, para novos enterros. As redes também são muito utilizadas na região para o sepultamento dos mortos. Os moradores de Caiçara vivem, atualmente, de contribuições da comunidade religiosa da região, que fornece feijão e leite para os moradores.

Coberta de Caatinga e tendo como construções apenas uma grande igreja do século passado, ainda intacta, ruínas de um convento e um cemitério, a Ilha de São Pedro, com cerca

de 250 hectares, era território das missões dos frades franceses e italianos, que atuaram na região de 1673 até 1878, quando morreu o frei Doroteu de Loreto e os índios passaram a ser expulsos da região. Cantos religiosos de cem anos atrás ainda são entoados pelos atuais habitantes de Caiçara, na margem do Rio. Eles guardam zelosamente, em suas casas, imagens barrocas de santos, entre as quais um "senhor morto" e um "São Pedrinho", pequena imagem de São Pedro. Um sino construído em 1832, na Bahia, também é guardado na casa dos descendentes dos xokós.

Para os moradores, é inadmissível que as terras, que dizem ser muito férteis, estejam abandonadas. Além da CAATINGA, são encontrados tamarindeiros seculares na Ilha. A cerca levantada pelos cablocos permanece de pé uma vez que o juiz Jonalder Vieira, da comarca de Porto da Folha, embora tenha concedido liminar de reintegração de posse da Ilha a Elizabeth Brito, não determinou a derrubada da cerca. Os moradores de Caiçara, através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FERASE), contestam a ação reivindicatória de Elizabeth Brito, auxiliados pelo advogado da Diocese de Propriá, colocado à disposição dos cablocos pelo bispo D. José Brandão de Castro.

"Incompreensível" — diz o prefeito de Propriá, Antônio Brito, sobre as reivindicações dos descendentes dos índios xokós. "Não sei como qualificar isto. Uma fazenda que há mais de 90 anos nos pertence, vamos perder? Chega alguém e diz: vamos tomar e fica por isso mesmo? Vamos processar os invasores e os causadores. A Polí-

cia Federal já está documentada sobre o fato."

Em sua residência, em Propriá, Antônio Brito mostra dezenas de documentos segundo os quais o município de Porto da Folha colocou as terras "do extinto aldeamento dos índios" em hasta pública, para aforamento, e os terrenos, inclusive a Ilha de São Pedro, foram arrematados por seu avô, o coronel João Fernandes de Brito.

O aforamento data de 1888. O avô de Antônio Brito, coronel João Fernandes de Brito, ao morrer, ainda segundo os documentos, todos com firma reconhecida em cartório, deixou as terras como herança para a esposa, Francisca de Seixas Brito, que em 1952, passou-as para o filho, Antônio Fernandes de Miranda Brito, pai do prefeito de Propriá. Morrendo Antônio Fernandes Brito, as terras passaram para sua esposa, Elizabeth Brito, que em 1963 comprou-as por 1.650 cruzeiros à Prefeitura de Porto da Folha, acabando com o aforamento. As terras foram vendidas para a construção de uma pequena ponte de madeira na cidade de Porto da Folha e, segundo o ex-vereador Manoel Alcindo dos Santos, que diz ter votado contra a venda, a família Brito ofereceu 1.000 cruzeiros aos vereadores para votarem a favor do projeto.

O bispo de Propriá, d. José Brandão de Castro, falando sobre o caso, disse que "é bom que se lembre, a esta altura, da lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que determina, no artigo 62, que ficam nulos atos de qualquer natureza para se apoderar de terras dos índios, acrescentando que isso se aplica às terras que foram desocupadas pelos índios em virtude de ato ilegítimo de autoridade particular".